

## RESENHA DO LIVRO:

### O USO POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS: e outras questões militares.

ARRUDA, João Rodrigues. **O Uso político das Forças Armadas:** e outras questões militares. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 168 p.

---

#### **Capitão-de-Fragata Eduardo A. Wieland.**

O Capitão-de-Fragata Eduardo Augusto Wieland fez o curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), na Escola de Guerra Naval, em 2005 e, atualmente é o Encarregado do Centro de Jogos de Guerra.

O Dr. João Rodrigues Arruda é promotor da Justiça Militar. Serviu ao Exército no período de 1957 a 1985, tendo ingressado como soldado e ido para a reserva, a pedido, no posto de primeiro-tenente. Mestre em Direito e diretor acadêmico do Centro de Estudos de Direito Militar, foi professor por dez anos de Direito Penal Militar. Em 2002, concluiu o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, da Escola Superior de Guerra.

O livro apresenta questões polêmicas e que passam ao largo das discussões de nossos políticos e de nossa sociedade. O autor teve rara felicidade ao mencionar e sustentar argumentos sobre temas que

despertam o interesse militar e deveriam suscitar o interesse geral da "sociedade civil". Ao longo de seus doze capítulos, cada qual independente, são abordados os seguintes assuntos: a procura de políticos e empresários em incitar os militares a tentar a derrubada de governos; a disciplina e hierarquia e as associações de praças e clubes de oficiais; a busca pela Justiça Comum e as opiniões públicas das associações e clubes; a legalidade dos Regulamentos Disciplinares; o *habeas corpus* para militares; a Operação Tabatinga; a legalidade constitucional e a banalização do emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado; o

uso das Forças Armadas como “jogo político” dos governantes; e a submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional.

O autor defende suas opiniões em cada tema baseando-se em sua experiência jurídica. Opiniões estas que mesmo dentro do espectro jurídico encontram barreiras e controvérsias, como a questão do *habeas corpus* nas punições disciplinares e da constitucionalidade no emprego das Forças Armadas como polícia.

A oportunidade de termos um membro do Ministério Público Militar escrevendo e opinando sobre assuntos que nos interessam diretamente é de grande valia para que possamos nos aprofundar no auto-conhecimento e no ambiente que nos cerca. Portanto, considera-se muito importante para os comandantes de unidades conhecerem os assuntos abordados e terem a oportunidade de conhecer as razões de determinados assuntos hoje em pauta.

Defensor da participação intensa do Congresso e Senado, bem como de toda a sociedade, na discussão de temas militares, o autor conclui: “Definitivamente, o uso (político) das Forças Armadas não pode ficar subordinado aos interesses circunstanciais de políticos e generais.” E ainda, quanto à aceitabilidade do recurso às vias legais para o trato disciplinar, “pode-se afirmar que os militares aceitam o uso político da instituição, mas não o controle político legal.”

Pelos assuntos polêmicos abordados, este livro merece uma análise mais acurada por parte das Forças Armadas e, com certeza, serve à finalidade de uma preparação melhor de seus comandantes para lidar com as questões apresentadas. Em breve, eles poderão estar sendo chamados a discutir com a sociedade temas que, ao longo de nossa história, deixaram, equivocadamente, de entrar na pauta das discussões politico-estratégicas mais relevantes.